



SOCIEDADE

Portugal. “Estamos a criar uma mensagem na consciência do cidadão comum de que os migrantes fogem de prisões. Isso é totalmente errado”

09.10.2020 às 20h13



Será apropriado os migrantes que desembarcam na costa portuguesa ficarem retidos em quartéis e prisões? Que outras soluções e caminhos deviam ser adotados? E, sabendo que alguns destes migrantes fugiram (tendo alguns deles sido mais tarde encontrados pela polícia), como é que isto prejudica quem trabalha para os integrar na sociedade portuguesa? “Eles não cometerem qualquer crime para estarem em prisões e quartéis. O que este caso vem mostrar é que Portugal, ao contrário do que é dito muitas vezes nos relatos mediáticos, não é assim tão bom recebedor”, defende o coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados. O SEF diz que são oferecidas “todas as condições necessárias para uma permanência digna e humana”

HUGO TAVARES DA SILVA



VW PICS

El Jadida, na costa atlântica de Marrocos, fica a cerca de 700 quilómetros em linha reta do território português e a viagem até ao Algarve demora entre 40 a 50 horas. Seis desembarques depois, o [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras \(SEF\)](#) terá informado a GNR e Marinha de que há mesmo uma nova rota de [imigração](#), escreveu o "Diário de Notícias", o que colocaria Portugal no circuito das rotas ilegais, tal como acontece, ainda que noutra dimensão, na Grécia, em Itália e em Espanha. Ao Expresso, numa altura em que o número de migrantes que desembarcaram na costa algarvia é de 96, o SEF garante que a investigação ainda não terminou. O último grupo chegou à ilha Deserta, em Faro, a 16 de setembro, e era composto por 28 migrantes (24 homens, três mulheres, uma delas grávida, e um menor). Foi a primeira vez que havia mulheres a bordo.

Na madrugada de quarta-feira, 17 migrantes desse último grupo escaparam de um quartel de Tavira, onde estavam a aguardar a aplicação de ordem judicial e onde faziam quarentena, pois três deles estavam infetados com covid-19. Por esta altura, não se conhece o paradeiro apenas de um. Durante estes dias a narrativa e as versões da história dominantes apontavam para uma fuga, para capturas e detenções,

fugitivos e buscas. Sobram algumas perguntas: será apropriado estarem em quartéis e até prisões? Que outras soluções e caminhos deviam ser adotados? Qual é a explicação por parte do SEF? Como é que tudo isto prejudica quem tenta integrar refugiados, requerentes de asilo e migrantes na sociedade portuguesa?

“A ideia de que as migrações são algo a conter a todo o custo é uma ideia que sugere que essas pessoas migram e são uma ameaça às sociedades de acolhimento e portanto é preciso tratá-las como se fossem criminosas”, começa por dizer ao Expresso o coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) e diretor do Serviço Jesuíta aos Refugiados, André Costa Jorge. “A detenção surge aqui como uma medida administrativa, não é uma punição de um crime. Na nossa ótica é claramente desproporcional pelo que as pessoas representam para as sociedades de acolhimento.”

Tanto o SEF como o Ministério da Administração Interna falam sempre em "retidos" e não "detidos". "A decisão de reter (e não deter) os migrantes à guarda do SEF decorre de decisão judicial, na sequência da sua entrada de forma irregular em Portugal", explica ao Expresso fonte do SEF. "Relativamente ao último grupo de 28 migrantes, encontram-se atualmente instalados no Centro de Instalação na Unidade Habitacional de Santo António (Porto) e o menor foi instalado em local designado pelo Tribunal de Família e Menores. Os restantes elementos estão à guarda do SEF, nas instalações do Quartel do Exército de Tavira, cumprindo o determinado judicialmente, tendo em consideração a situação sanitária do grupo, com três cidadãos que testaram positivo à covid-19."

E acrescenta: "Nesse sentido, em resultado da articulação do SEF, Autoridade de Saúde, Proteção Civil, Exército Português e Cruz Vermelha Portuguesa, as instalações do Quartel de Tavira foram entendidas como sendo adequadas à realização da quarentena profilática e medidas de isolamento a que este grupo está sujeito".

Os que têm chegado ao Algarve provenientes do Norte de África aparentemente não fogem da guerra nem são perseguidos, pelo que não são refugiados, e também não pediram asilo nem fizeram qualquer pedido de proteção internacional, por isso conclui-se que terão o objetivo de melhorar as condições de vida.

“Se as prendemos, tratando-as como criminosas, o que estamos a dizer às pessoas é que são uma ameaça”, continua André Costa Jorge. “Porque não há uma alternativa à detenção? Naturalmente, as pessoas fogem porque estão presas e detidas.”

As condições em que estão instalados é outro problema, segundo a PAR. “Se o Estado as colocou em prisões onde estão presos de delitos comuns e em prisões de alta segurança, como chegou a acontecer em Monsanto, tudo isso tem que ver com a falta de preparação. Não há capacidade de acolhimento com condições condignas que respeitem o perfil das pessoas que estamos a colocar à nossa guarda, que é, insisto, uma detenção administrativa. Estamos a criar uma mensagem na consciência do cidadão comum de que os migrantes fogem de prisões. Isso é totalmente errado, é tudo ao contrário da forma humanista como o próprio Governo diz tratar as migrações. A posição humanista não quer alimentar as redes de tráfico e os traficantes, mas olha para as pessoas como vítimas de um sistema que não lhes dá oportunidades de uma vida condigna no seu próprio país. É uma abordagem totalmente errada tratar as pessoas como criminosas e colocá-las em prisões, quando aquilo que devia ser feito era serem tratadas com a dignidade que merecem e perguntar-se o que querem. Se elas quiserem trabalhar, deve-se arranjar condições para trabalharem e viverem em Portugal e torná-las cidadãos normais. Se for necessário criar as condições legais que lhes permitem viver, trabalhar e até serem monitorizadas, então devemos fazer isso. A detenção e expulsão é a última medida e deve ser feita apenas em clara perigosidade para o Estado.”

Relativamente a este tema, o SEF admite a inutilização ou indisponibilidade de equipamentos. “A capacidade de instalação dos equipamentos geridos pelo SEF está condicionada pela inutilização ou indisponibilidade de equipamentos. Esta situação levou o SEF à necessidade de uma articulação conjunta com a Cruz Vermelha Portuguesa, já em curso no Quartel em Tavira”, explica fonte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que garante que são oferecidas “todas as condições necessárias para uma permanência digna e humana” aos migrantes. “O modelo desta articulação entre a Cruz Vermelha Portuguesa e o SEF tem em vista, essencialmente, o apoio humanitário em unidades de instalação temporária aos cidadãos estrangeiros que desembarquem de forma irregular por via marítima.”

O SEF informa ainda que tem “um programa de investimento para todos os Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária, que funcionam nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, assim como da Unidade Habitacional de Santo António”. Atualmente encontram-se em “avaliação outras soluções”, com vista ao reforço da “capacidade de instalação de cidadãos em situação irregular, alvo de processos de afastamento coercivo”.

“A COBERTURA MEDIÁTICA QUE TENHO VISTO DESTE CASO MOSTRA FUNDAMENTALMENTE UMA CAÇA AO HOMEM”

Sílvia Roque, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que também é uma das coordenadoras do [projeto \(De\)othering](#), traça o mapa das narrativas entranhadas no fenómeno migratório e a forma como os *media* tratam o assunto. “Apresentam-se os migrantes como ameaça à segurança, porque são associados com terrorismo, criminalidade e tráfico. Por outro lado, também são apresentados como um ameaça em termos económico-sociais, porque vêm roubar empregos. Isto vê-se sobretudo em tabloides, que também são os mais lidos, mas também se vê isso nas reportagens televisivas. Acresce agora a crise sanitária, são representados como mais um foco de ameaça ao modo de viver europeu.”

E continua, jogando entre causa e consequência e refletindo sobre a forma como se trata o tema: “A cobertura mediática que tenho visto deste caso [Tavira] mostra fundamentalmente uma caça ao homem. Os migrantes estão representados como criminosos em fuga e a sua perigosidade é ainda maior em contexto de covid-19. Por outro lado, vejo menos uma análise sobre as instituições em que estavam e estão, que não são propriamente adequadas ao seu estatuto. Eles não cometerem qualquer crime para estarem em prisões e quartéis. O que este caso vem mostrar é que Portugal, ao contrário do que é dito muitas vezes nos relatos mediáticos, não é assim tão bom recebedor, não está assim tão preparado, não tem um plano nem recursos alocados para tratar as questões da migração e receber pessoas com maior dignidade”.

Roque salienta o peso da linguagem e dá como exemplo “Portugal está sob pressão”. E explica: “As palavras que usamos remetem-nos para corroborar o senso comum, estereótipos. As questões já têm um certo viés. Estamos sob pressão porque haverá uma nova rota de migração que coloca pressão em termos de segurança e económicos, isso acontece desde que começaram a chegar a Portugal, mas já era o tratamento dado a outros casos, como em Espanha, Itália e Grécia. Havia muito essa ideia de que eram ameaças.”

Falta conhecer as histórias e as decisões por trás daquela derradeira decisão de arriscar a vida para cruzar o Mediterrâneo, defende a investigadora. O engrossar dos casos engrossa o tom dos espaços públicos, evoluindo para mais duro e securitário. “Os *media* acentuam o pânico e também são o reflexo do mesmo. Quanto mais chegadas existirem, mais vamos observar essa acentuação da dramatização da ameaça e das respostas duras e de repressão.” Ao faltarem trabalhos mais abrangentes, que deveriam ouvir fontes diferentes, e até reportagens, os migrantes “acabam por parecer como grandes massas indiferenciadas e despersonalizadas”. Ou seja, “acabamos por estar sempre a falar de números ou das operações de resgate. Acabamos por normalizar esta situação que não é normal, que deveria apelar a alguma

coerência de políticas europeias. E não é isso que acontece. O foco mediático devia estar nas políticas que existem para acolher estas pessoas. Quantas mais estas questões forem trazidas para debate, mais possibilidades existem que sejam realmente tratadas, politicamente, com políticas de fundo”.

André Costa Jorge defende que é preciso encontrar vias legais e seguras, assim como gerir melhor as migrações e ter uma abordagem positiva face àqueles que “arriscam a vida” para mudar de vida e “não criminalizar”. De acordo com o Observatório das Migrações, explica, [as contribuições dos trabalhadores imigrantes, no nosso país, ascendem a 750 milhões de euros](#). Esses mesmos imigrantes, diz, são dos maiores contribuintes para o aumento da taxa de natalidade no país. “Há todas as razões e mais algumas para não cairmos na armadilha de criminalizar os migrantes, aceitando uma narrativa de que são uma ameaça que é preciso conter, prender e expulsar. Essa narrativa é perigosa e conduz a visões muito ameaçadores de uma sociedade não inclusiva e não queremos que seja a visão predominante portuguesa e europeia.”

E acrescenta: “O que nos devemos perguntar é como é que a Europa não foi capaz de originar ela própria um sistema seguro de rotas migratórias. Só deixamos estar no terreno operadores irregulares. Não tem passado pela cabeça dos políticos europeus uma criação de rotas legais, organizadas pelas partes interessadas que protejam os migrantes. É preciso dizer que o tráfico de pessoas, a par do tráfico de armas e drogas, é dos negócios mais lucrativos do mundo ilegal, mas que só existe porque não fomos capazes de criar alternativas a estas rotas”.

Esta fuga do quartel de Tavira poderá prejudicar a forma como a população olha para o fenómeno migratório? “A perceção é essa, por isso o tratamento mediático devia ser diferente”, reflete Sílvia Roque, que admite estar em andamento uma análise a comentários nas redes sociais que desaguam em guerras políticas e que dão gás a movimentos racistas e xenófobos.

“Não devia ser apenas demonstrar a caça ao homem, a polícia como salvadora, quando na verdade é um instrumento de repressão e controlo. Nunca temos acesso aos migrantes, não sabemos as histórias deles, não sabemos nada sobre eles, o que acontece. Pela forma como é tratado, sim, provoca esse pânico nas pessoas, a rejeição, ainda mais acentuada com o pânico da covid-19. Quase que deslegitima as expectativas e aspirações dos migrantes. Por isso mesmo seria importante outro tipo de tratamento mediático, que humanize estas pessoas, para não serem números, um estorvo que vem para aqui e que reflita um debate que existe na sociedade. Isto tem de ser visto

para além do que é a política de distribuição europeia, que não tem em conta as aspirações concretas de cada pessoa e a sua autonomia, e o querer viver num país e não noutro. Os migrantes vêm em busca de uma vida melhor e de emprego. Se calhar nem é em Portugal, é na Europa.”